

Perspectivas para o ensino de grau dos substantivos na Educação Básica

Perspectives for teaching degree of nouns in Basic Education

Marli Hermenegilda Pereira

Doutorado em Linguística (UFRJ)

Professora Associada III da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6125-7542>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5872540373589107>

E-mail: hpmarli@terra.com.br

Matheus Victor Alves Pereira

Mestrando em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor de Língua Portuguesa da Rede Privada

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1281-3618>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0677377265570361>

E-mail: matheusvictor347@gmail.com

Resumo

O ensino de língua materna ainda é um tema amplamente discutido dentro e fora dos limites da universidade, sobretudo no que se refere ao ensino de gramática. Nesse cenário, há nos estudos morfológicos um embate que perdura até hoje acerca da divisão das categorias de gênero, número e grau, enquanto flexão ou derivação no português. Com isso, surgem inúmeras dúvidas tanto para os docentes de língua portuguesa da Educação Básica (que se veem diante da necessidade de ensinar tais componentes), quanto para os seus alunos. Nessa perspectiva, Antunes (2003) chama a atenção para o foco exacerbado da escola no ensino de regras gramaticais, sem promover, ao aluno, a reflexão daquilo que está a aprender. O presente trabalho tem por objetivo levantar reflexões acerca do ensino da categoria de grau dos substantivos no nível fundamental. Partindo da tradição gramatical, com autores como Bechara (2019 [1999]), Cunha e Cintra (2017 [1978]) e Rocha Lima (2020 [1972]), o artigo traça um paralelo entre a gramática tradicional e as reflexões suscitadas a partir de estudos linguísticos desenvolvidos dentro do campo da morfologia, desde Mattoso Câmara Jr. (2015 [1970]) a teóricos como Piza (2001), Gonçalves (2018, 2020), Rosa (2019), entre outros. Atesta-se, portanto, que é mais importante oferecer ao aluno textos que demonstrem os usos reais e efetivos dos afixos de grau do que categorias e análise de frases descontextualizadas (cf. GONÇALVES, 2018).

Palavras-chave: Ensino de gramática. Flexão. Derivação. Grau.

Abstract

Mother tongue teaching is still a widely discussed topic inside and outside the academic limits, especially in relation to grammar teaching. In this scenario, there is a shock in morphological studies that lasts until today about the division of the categories of gender, number and degree, as inflection or derivation in Portuguese. As a result, numerous doubts arise both for teachers of Portuguese in Basic Education (who are faced with the need to teach such components) and for their students. From this perspective, Antunes (2003) draws attention to the school's exacerbated focus on teaching grammatical rules, without encouraging the student to reflect on what he is learning. This work aims to raise reflections about the teaching of degree category of nouns at the fundamental level. Starting from the grammatical tradition, with authors such as Bechara (2019 [1999]), Cunha and Cintra (2017 [1978]) and Rocha Lima (2020 [1972]), the article draws a parallel between traditional grammar and the reflections raised from linguistic studies developed within the field of morphology, from Mattoso Camara Jr. (2015 [1970]) to theorists such as Piza (2001), Gonçalves (2018, 2020), Rosa (2019), among others. It is attested, therefore, that it is more important to offer the student texts in which demonstrate the real and effective uses of degree affixes than categories and analysis of decontextualized sentences (cf. GONÇALVES, 2018).

Keywords: Grammar teaching. Inflection. Derivation. Degree.

Data de submissão: 02/03/2023 | Data de aprovação: 25/05/2023

1 Introdução

Muito se tem discutido acerca do ensino de língua materna na Educação Básica brasileira. Todos os dias, professores e alunos enfrentam muitas dificuldades em sala de aula sobretudo no que se refere ao ensino-aprendizagem de gramática. Acredita-se que a principal razão se dá pelo fato de ora continuarmos presos a uma metodologia de ensino arcaica cujo processo limita-se à memorização de regras previstas nas gramáticas normativas de língua portuguesa, ora abandonarmos completamente o ensino de gramática, impossibilitando o aluno de refletir acerca do funcionamento da sua própria língua (cf. DUARTE, 2012).

O objetivo geral deste artigo é levantar reflexões em relação ao ensino de grau dos substantivos no nível fundamental, partindo desde uma abordagem mais tradicional até estudos linguísticos mais recentes. Sendo assim, espera-se que este trabalho sirva como um instrumento com base no qual professores de língua materna da Educação Básica possam refletir sobre o embate acerca da divisão da categoria de grau enquanto flexão ou derivação no português, discussão que perdura até hoje, dentro e fora da academia, gerando muitas dúvidas tanto para os docentes quanto para os discentes. Isto posto, destaca-se a justificativa do tema.

Este trabalho ancora-se nos pressupostos teóricos dos estudos morfológicos, como os apresentados em Gonçalves (2018, 2020), que fazem não só um levantamento de questões relacionadas aos processos de flexão e derivação no português – que implicam, por sua vez, a compreensão do fenômeno tratado neste artigo – mas também traçam estratégias que podem auxiliar o professor na hora de ensinar gramática. Apoiados de igual modo no estudo de abordagem diacrônica de Rosa (2019) e nos resultados da pesquisa de Piza (2001), pudemos, a partir dessas reflexões, compreender termos e conceitos relacionados ao nível morfológico e refletir, ainda, a respeito das dificuldades de se enquadrar a categoria de grau dentro dos processos flexionais ou mesmo derivacionais do português. Partiremos de tais teorias e das sugestões para o ensino de gramática nos níveis fundamental e médio propostas por Duarte (2012) para debater sua complexidade – neste trabalho, especificamente, no nível fundamental. Buscaremos, ainda, estabelecer conexão entre essas obras e as discussões pioneiras de Mattoso Câmara Jr. (2017 [1970]) sobre o *status* do grau na língua portuguesa e suas implicações para o ensino.

No que diz respeito à tradição gramatical, analisaremos definições sobre o grau dos substantivos previstas em três gramáticas normativas de língua portuguesa (cf. BECHARA, 2019 [1999]; CUNHA e CINTRA, 2017 [1978]; ROCHA LIMA, 2020 [1972]) e discutiremos, ainda, o problema quanto à aplicação pura dessas regras em sala de aula (cf. ANTUNES, 2003). Abordaremos, simultaneamente, o fenômeno gramatical em questão com base (i) na tradição gramatical e (ii) em estudos de alguns dos principais autores do campo da linguística. Destacam-se, neste item, as descrições do português apresentadas por Perini (2016).

A escolha do tema justifica-se, primeiro, pelo questionamento que é feito por muitos alunos, sobretudo no segundo segmento do ensino fundamental ou até mesmo no nível médio, sobre qual é a finalidade de se aprender regras gramaticais para simplesmente saber

classificá-las corretamente durante as atividades e, ainda, no momento da prova. A outra razão que sustenta as bases deste trabalho é a dificuldade de se atrelar teoria e prática nas aulas de gramática no nível fundamental, principalmente na complexidade que envolve o entendimento dos processos morfológicos do português – neste caso, o ensino de grau.

2 Morfologia na sala de aula

Em todos os anos do ensino básico, o aluno tem contato com a *morfologia*. Segundo Rosa (2019, p. 23), morfologia significa, tendo em vista os elementos que compõem o termo (*morphe*: forma; *logos*: estudo), o *estudo da forma*. Das definições encontradas nos dicionários de natureza linguística, a autora cita estudiosos como Mattoso Câmara Jr (1973b), Crystal (1992) e Bauer (2004). Em suma, os teóricos apontados por Rosa (2019) definem a morfologia como um ramo da linguística responsável pelo estudo da estrutura das palavras, dos morfemas e sua organização/significado dentro do vocábulo.

Na Educação Básica, o livro didático – recurso mais utilizado por professores de língua materna desde a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – acaba, na maioria das vezes, replicando pura teoria gramatical. Dessa maneira, o contato que se estabelece entre o estudo da morfologia e os alunos se dá através da compreensão das classes de palavras, seus processos de estrutura e formação, entre outros. Deve-se considerar que esse tipo de abordagem não permite uma compreensão mais ampla quanto aos usos linguísticos que, ao nosso ver, deveria ser a premissa das aulas de Português.

Primeiramente, falar de morfologia na Educação Básica não deve nos fechar os olhos para a compreensão de que o ensino/estudo dessa área se trata nada mais nada menos de ensinar/estudar **gramática**. No Brasil, o ensino de língua ainda persiste em ocorrer segundo a aplicação descontextualizada de regras previstas nas gramáticas normativas, limitando a gama de reflexões e possibilidades que o estudo da linguagem poderia proporcionar. Ainda que de forma tímida, nota-se uma pequena mudança em relação ao ensino de gramática, muito em virtude das contribuições dos estudos linguísticos e de ações institucionais por meio da criação de materiais de orientação com o intuito de renovar essas práticas.

Duarte (2012), tentando buscar uma resposta para o porquê e quando se deve ensinar gramática, inicia seu trabalho citando um trecho bastante conhecido do professor Perini (2000), que declara:

Assim como a biologia revela alguns aspectos da estrutura e do funcionamento dos seres vivos, assim como a geografia leva o aluno a conhecer o planeta onde vive, a gramática lhe traria algum conhecimento da linguagem, esse maravilhoso e complexo mecanismo que lhe permite comunicar-se com seus semelhantes. Em uma palavra, deve-se estudar gramática para saber mais sobre o mundo; não para aplicá-la à solução de problemas práticos tais como ler ou escrever melhor. (PERINI, 2000, p. 55 *apud* DUARTE, 2012, p. 42)

Para a linguista, a primeira razão pela qual se deve ensinar gramática está relacionada ao fato de que o conhecimento desse mecanismo acerca do qual estamos falando, capaz de

nos garantir a comunicação uns com os outros, não deve, em hipótese alguma, ser negado ao aluno, visto sua relevância não só na aula de Português, mas na ampliação do repertório sociolinguístico-cultural do estudante (que se dá através do contato com a norma culta da língua). Duarte (2012, p. 43) afirma, entretanto, que o ensino de gramática precisa transcender o momento atual, uma vez que os alunos terão de lidar com textos de outras sincronias e, dessa forma, compreender determinados fenômenos que já não ocorrem na escrita contemporânea.

Sobre quando ensinar gramática, Duarte (2012, p. 44) afirma de forma veemente que deve ocorrer: “depois das quatro (ou cinco) séries iniciais – de onde a criança sairá lendo, escrevendo e fazendo as quatro operações como quem respira!”. A autora questiona a falta de atenção à prática da expressão oral na escola nos anos iniciais e observa que tal exercício é extremamente privilegiado se tomarmos como exemplo as aulas de língua estrangeira. Já no que diz respeito à escrita, ela salienta que esta prática deveria ser mais bem trabalhada do mesmo modo nos anos iniciais,

através de pequenos exercícios, como recontar o que se acabou de ouvir, como inventar uma história em que alguém se veja numa situação difícil, escrever um parágrafo sobre o que se está aprendendo nas aulas de ciências, história, geografia, descrever um amigo ou um membro da família, sem que tal atividade seja precedida do famigerado título REDAÇÃO! (DUARTE, 2012, p. 43).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) propõem uma ampliação do que se entende como ensino de língua portuguesa. Não se resumindo apenas a aprender a “ler e escrever” ou a “expressar-se apropriadamente”, o texto sugere que as aulas de língua materna devam levar os alunos a “refletir sobre os fenômenos de linguagem, particularmente os que tocam a questão de variação linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua” (BRASIL, 1998a, p. 59).

Outrossim, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) corrobora que os

conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas. (BRASIL, 2017, p. 67)

Antunes (2003), nessa perspectiva, afirma que o professor de língua deve ir além da tradição segundo a qual o ensino de gramática se vale, exclusivamente, da memorização de regras e normas ditadas nas gramáticas normativas, que estabelecem um padrão de escrita e de fala. Na contramão dessa visão, estudos no campo da linguística nos provam que o ensino de gramática deve estar a serviço, essencialmente, da construção de sentidos, da interpretação e produção de textos em diferentes gêneros e tipologias textuais.

Partindo dos pressupostos apresentados aqui e a fim de tornar claras as razões pelas quais estamos levantando tais questionamentos, temos, a seguir, um exemplo que elucida o caráter adotado por alguns livros didáticos, que se debruçam apenas sobre a forma da língua,

numa perspectiva puramente prescritiva. A chamada ao estudo da **estrutura das palavras**, abaixo, foi retirada de um livro utilizado no 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada de ensino da cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro:

Morfemas

Vamos rever agora a área da gramática responsável pelo estudo da estrutura e da classificação das palavras: a morfologia.

Observe a estrutura destas palavras:

inset-i-cida / motor-ista / lua / sorr-i-mos / ag-ente (SAE DIGITAL S/A, 2021, p. 50)

Logo de início, percebemos a postura do livro didático ao reproduzir o que é ditado nas gramáticas normativas de língua portuguesa. Ademais, o material vai se dedicar à conceituação de cada tipo de morfema do Português. A questão não é deixar de ensinar gramática, dado que negar esse conhecimento ao aluno seria, nas palavras de Duarte (2012, p. 42) “no mínimo, injusto”. Tendo em vista o relato de pesquisadores como Antunes (2003) em relação ao ensino, percebe-se que a prática docente no Brasil, no que tange às aulas de português, bem como o que transmitem alguns livros didáticos, ainda demonstram certa superficialidade no tocante ao tratamento de temas gramaticais. Na maioria das vezes, despeja-se uma série de regras na lousa ou no material impresso sem sequer introduzir ao aluno o tópico. Delimita-se o ensino de língua a isto: a pura aplicação de uma teoria gramatical imprecisa, confusa e de certa maneira limitada com relação às mudanças que ocorrem na língua. Não há, dessa forma, uma apropriação do conteúdo por parte dos discentes.

3 O que diz a tradição gramatical

Um dos temas mais abordados nas aulas de Português da Educação Básica é o que trata do gênero, número e grau dos substantivos. Este tópico, por sua vez, também é bastante enfatizado pela tradição gramatical. Neste trabalho, entende-se por tradição gramatical os princípios regidos por regras ditadas nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, que se baseiam, sobretudo, em textos de sincronias passadas e que sobreviveram à passagem do tempo, não se curvando à mudança que é inerente a todas as línguas.

Bechara (2019 [1999]) é irredutível em relação ao *grau* dos substantivos, tratando o fenômeno de gradação como derivação em vez de flexão. Para ele (p. 155), a “derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos”, o que reafirma “que estamos diante de um processo de derivação e não de flexão”. Os processos aos quais o linguista se refere são: *sintético* e *analítico*. Este equivale ao emprego de um termo antes do nome que indique aumento ou diminuição. Aquele corresponde ao acréscimo de um sufixo responsável por determinar o grau aumentativo ou diminutivo do substantivo. Existem ainda, de acordo com o professor, aumentativos e diminutivos fora da ideia de tamanho, capazes de traduzir sentimentos afetivos. Isto acontece em razão da base lexical e através do auxílio de uma entonação especial. Enquanto uns traduzem desprezo, outros se associam a um sentimento de carinho (através das formas diminutivas).

Na contramão, Cunha e Cintra (2017 [1978]) tratam a categoria de grau como parte da flexão. Para os autores, o fenômeno da gradação se dá por meio de dois processos: a) **sinteticamente**, através do emprego do que chamam de “sufixos especiais”, como em *boquinha*; e b) **analiticamente**, quando há o emprego de um adjetivo que indique as noções de aumento ou diminuição dos substantivos, como ocorre em *boca enorme*. (p. 212).

Seguindo essa linha de raciocínio, os estudiosos atestam que:

Convém ter presente que o que denominamos AUMENTATIVO e DIMINUTIVO nem sempre indica o aumento ou a diminuição do tamanho de um ser. [...] essas noções são expressas em geral pelas formas analíticas, especialmente pelos adjetivos *grande* e *pequeno*, ou sinônimos, que acompanham o substantivo. (CUNHA; CINTRA, 2017 [1978], p. 212, grifos dos autores)

Para os autores, os sufixos aumentativos de regra atribuem aos nomes ideias de desproporção, disformidade, brutalidade, grosseria e até mesmo de coisa desprezível, configurando, em sua maioria, um valor pejorativo em relação à palavra (*porcalhão*, *atrevidação*, *beijola*, *narigão* etc.).

Em Rocha Lima (2020 [1972]), é possível encontrar pontos de contato com os demais autores aqui citados. No tocante à gradação, fenômeno que classifica como mais próximo do processo de derivação dos substantivos em língua portuguesa, o gramático salienta que através do grau podemos exprimir “o aumento ou a diminuição de um ser, relativamente ao seu tamanho normal” e, além disto, pode-se expressar “a intensidade maior ou menor de uma qualidade” (2020 [1972], p. 135). Aos substantivos o autor atribui o que classifica como “gradação dimensiva”, ao contrário da “gradação intensiva”, que, segundo ele, é própria dos adjetivos. Com base nisso, podemos observar que o teórico amplia os horizontes em relação ao tratamento desse fenômeno.

Especificamente com relação ao grau dos substantivos, temos em Rocha Lima (2020 [1972]) a noção que é comum a outras gramáticas normativas do português: o grau dos nomes se constitui de *aumentativo* e *diminutivo*. O autor (p. 135) defende, ainda, a ocorrência de um fenômeno que chama de *adjetivação*, pois, enquanto o aumentativo muitas vezes exprime uma noção de desprezo, o diminutivo dá uma ideia de carinho (com o acréscimo do sufixo, tal como em *limpinho*, *bonitinho*); entretanto, ainda há aqueles que possuem uma noção negativa. O professor cita, por fim, aqueles aumentativos e diminutivos que, na sua visão, são exclusivamente formais, pois “não encerram ideia de aumento, ou de diminuição”, como por exemplo *cartaz*, *cartilha*, *portão* etc. (p. 138).

4 Expressão de grau no português: flexão ou derivação?

Desde a década de sessenta, segundo Piza (2001), a expressão do grau em português vem sendo discutida por diversos teóricos da morfologia. Conforme pudemos observar na seção que buscou fazer um levantamento mais detalhado baseado nas gramáticas tradicionais, apenas um dos manuais considera o *grau* como um processo flexional.

Quando se classifica o grau como um processo tipicamente derivacional em vez de flexional, deve-se mencionar Mattoso Câmara Jr. (2017 [1970]), pioneiro nesse assunto. Em conformidade com as teorias apresentadas por ele, grande parte das gramáticas normativas e, conseqüentemente, dos livros didáticos, associam o grau a um processo de derivação. Câmara Jr. (2017 [1970], p. 83) estabelece, portanto, que o fato de a expressão de grau não se configurar como um processo de natureza flexional em português se justifica por não se tratar de um mecanismo “obrigatório e coerente”, não estabelecendo “paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si”. A esse respeito, o autor se vale, primeiramente, dos seguintes argumentos:

Os adjetivos portugueses apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de um morfema gramatical, adicional, o alto grau da qualidade que expressam. Temos *tristíssimo*, para *triste*, *facílimo*, para *fácil*, *nigérrimo*, para *negro*, e assim por diante. As nossas gramáticas costumam definir o processo como uma “flexão de grau”. Faltam nele, entretanto, as condições acima estabelecidas. (CÂMARA JR., 2017 [1970], p. 82, grifos do autor)

O linguista atribui esse fato a uma herança que nossa gramática recebeu de alguns aspectos da gramática latina. No latim, por exemplo, existiam as formas *felicier* e *felicissimus*, empregadas em situações bem definidas, em lugar de *felix*. Na frase “*homo felicier lupo*”, retirada do exemplo de Câmara Jr. (2017 [1970], p. 83), o termo com o morfema flexional (*felicier*) no lugar de *felix*, que significa “feliz” em português, é utilizado para estabelecer uma comparação entre dois termos. Uma tradução equivalente seria “o homem é mais feliz do que o lobo”.

Em português, entretanto, existe apenas o termo *feliz*, a partir do qual, segundo o autor, modifica-se

Em cada caso um mecanismo sintático, fora da morfologia vocabular: ... *mais... do que...; ... o mais... dos...* O uso de *-issimus* em latim para expressar, meramente, a intensificação de uma qualidade era um subproduto do seu uso gramatical num padrão de frase comparativa; não foi ele que levou a gramatologia latina a considerar *-issimus* dentro da flexão nominal. Se só existisse tal uso, como sucede em português, Varrão teria dito, com certeza, que se tratava de *derivativo voluntaria*. (CÂMARA JR., 2017 [1970], p. 83, grifos do autor)

Rosa (2019) afirma, no entanto, que talvez um dos critérios para esta constatação seja a vantagem dos processos flexionais perante o que chama de semiprodutividade da derivação. A autora fornece um exemplo a fim de corroborar a tese de que a derivação assumiria, por sua vez, um caráter essencialmente semiprodutivo: é comum esperarmos que todo substantivo em português tenha *plural*, porém não aspiramos que todos os verbos tenham um nome derivado em *-agem*.

A autora observa, ainda, que os *paradigmas defectivos* também demonstram os limites de produtividade da flexão. Para Rosa (2019, p. 162), se compararmos mais uma vez o português (em que se espera que todos os substantivos possuam formas no singular e plural) com a gramática latina, veremos que nela já haviam estabelecido exceções e reconhecido duas classes para os nomes. São elas: *pluralia tantum* e *singularia tantum*, respectivamente,

“plurais apenas”, como por exemplo *pêsames*, e “singulares apenas”, como por exemplo *arroz*.

No que tange à dicotomia flexão e derivação, Rosa (2019) esclarece que o primeiro fenômeno se torna obrigatório visto que as mudanças em propriedades morfossintáticas se constituem na sintaxe. Por exemplo, o nome *pente* possui *número* e *gênero*, por conta do conjunto de propriedades específicas de sua classe: “[...] nomes em português têm de ser marcados para essas categorias que, pela concordância, estarão no adjetivo, por exemplo, como em *pente quebrado*” (p. 162). No latim, cujos nomes também têm *gênero* e *número*, a estruturação da sentença será responsável por acrescentar aos nomes o *caso*, que se incluirá entre *nominativo* ou *acusativo* dependendo da terminação/posição da palavra dentro da estrutura sintática. A derivação, por sua vez, não é obrigatória. A autora chama atenção para o fato de que utilizar *espertalhão* ou *esperto* em português não se dá em decorrência de uma imposição sintática. Ainda que haja diferenças semânticas entre elas, ambas poderiam ser utilizadas nos mesmos ambientes.

Outra diferença a partir da qual Rosa (2019) nos leva a reflexão diz respeito a mudança de classe das palavras. A derivação pode mudar a classe, como em *triste* (adjetivo) e *tristeza* (nome). Em contrapartida, não ocorre mudança de classe no processo flexional, uma vez que cabe a este nos dar, segundo a autora, *formas de uma palavra*. Aponta-se, também, a questão de os afixos flexionais estarem mais distantes da raiz do que os derivacionais. Rosa (2019, p. 163) salienta que “mesmo que se considere que a morfologia trata da concatenação de morfemas, há casos em que marcas flexionais parecem estar menos externas que as derivacionais” e sugere os derivados em *-(z)inho* como exemplo, tal como em: *pão* > *pães*; *pãozinho* > *pãezinhos*.

O plural de alguns derivados portugueses em *-zinho*, como *pãezinhos*, *florezinhas*, além da marca flexional mais externa, *-s*, apresentam uma variação no radical que antecede o sufixo diminutivo *-zinho*. Nesses casos, é difícil falar-se que a flexão é externa em relação à derivação. Ou que dizer dos derivados em *-mente* cujas bases são adjetivos variáveis quanto ao *gênero*: *lindamente*, *historicamente*... (ROSA, 2019, p. 163).

Entretanto, a estudiosa ressalta que existem línguas em que há uma certa variabilidade em relação ao tipo de processo morfológico, que ora pode ser flexional, ora derivacional. Para Perini (2016), mesmo essa discussão estando tão presente na literatura, nenhuma delas demonstrou satisfação. A esse respeito, o autor ressalta que

É interessante ver como a distinção entre flexão e derivação se integra na maneira tradicional como nos referimos aos itens lexicais. Assim, dizemos que *correr*, *corria* e *correndo* são “formas do verbo *correr*”, mas não que *leitura* é “uma forma da palavra *leitor*” – aqui em geral se fala de outra palavra [...]. O conjunto *leitor* + *leitura* não é considerado uma unidade, e não tem nome tradicional, como tem “o verbo *correr*”. (PERINI, 2016, p. 460, grifos do autor)

Gonçalves (2020) lança mão do que classifica como “critérios empíricos” para esclarecer a dicotomia *flexão* e *derivação* em português e aponta uma relação intrínseca entre a sintaxe

e a determinação da flexão, visto que, segundo o autor, ela reflete a aplicabilidade de uma regra gramatical. Por outro lado, o teórico destaca a função oposta da derivação, cuja aplicabilidade não se dá ancorada em nenhum fenômeno sintático. Com base nisso, chegou à seguinte conclusão: se de acordo com o critério fundamentado na sintaxe gênero e número são categorias consideradas flexionais, o grau já não faz parte desse conjunto.

A fim de fornecer argumentos que corroborem a veracidade de suas constatações, Gonçalves (2020, p. 15) diz que “em português, substantivos podem apresentar-se nas formas aumentativa (‘carrão’), diminutiva (‘carrinho’) e neutra (‘carro’)” porém, em relação aos adjetivos, a determinação não ocorre por meio da “informação contida na representação morfológica dos núcleos aos quais se subordinam”. À luz do exemplo “Depois tomamos chá numa linda **xicrinha** branca de porcelana”, o pesquisador chama atenção para a diferença entre os afixos de gênero e grau em português. Segundo ele, a desinência -a, que marca o feminino, ocorre em todo âmbito sintático em torno do qual o núcleo é “xicrinha”, no entanto a terminação que marca o diminutivo (-inho) só é grafada no substantivo, isto é, não aparecendo nos termos subordinados a ele.

No tocante às diferenças entre flexão e derivação em português, Gonçalves (2020), apoiado nos critérios por ele estabelecidos, nos esclarece que os parâmetros adotados são questionáveis e conflitantes em relação à categorização dos elementos morfológicos da língua portuguesa, revelando-nos uma falta de uniformidade (justificada pela expansiva gama de parâmetros e a ausência de critérios que nos levem a uma mesma classificação).

Diferente do que foi anteriormente apresentado, agora o autor buscou inverter a lógica e passou a analisar as semelhanças entre flexão e derivação. Gonçalves (2020, p. 72) introduz seu raciocínio afirmando que esses dois processos envolvem as mesmas categorias de operações formais. Tendo seu pensamento pautado em autores como o Bybee, Halle e Aronoff, o professor, com o objetivo de confrontar a tese de que não há semelhanças entre os processos de flexão e derivação em português, atesta que: (i) o fato de duas ou mais línguas apresentarem flexão de número não faz com que esse processo ocorra de forma similar em todas; (ii) à luz da categoria gênero, o autor afirma que, em português, existem dois tipos, masculino e feminino. Em comparação com o latim, Gonçalves mostra que, nessa língua, tanto os substantivos quanto os adjetivos eram divididos em três grupos, levando em consideração que essa língua reconhecia o gênero neutro. A esse respeito, o autor aponta que

significados gramaticais não se manifestam de modo idêntico nas línguas naturais. Apesar do comportamento diversificado, as categorias até então comentadas se realizam por flexão nas línguas confrontadas. No entanto, há significados expressos flexionalmente em uma língua, e derivacionalmente, em outra, o que constitui problema para abordagens separatistas (...) (GONÇALVES, 2020, p. 77)

Ou seja, pautando-nos na noção de obrigatoriedade, o grau deve ser considerado parte do processo derivacional do português – contrariando, assim, a tradição prescritiva –, e a categorização de um determinado processo como flexão ou derivação “varia interlinguisticamente” e faz com que a relação entre tais processos seja “menos discreta do que parece” (GONÇALVES, 2020, p. 78, adaptado).

Acerca do que se refere ao contato entre fonologia e morfologia e a fim de tentar responder as questões que tratam de um possível contato entre essas duas ciências, Gonçalves acha um ponto de encontro entre elas na medida em que uma regra fonológica pode se aplicar, segundo o autor, entre afixos flexionais e derivacionais. Entretanto, seguindo a perspectiva de autores como Halle (1973) e Bochner (1992), que defendiam a chamada **hipótese lexicalista forte**, corrente segundo a qual tanto a flexão quanto a derivação operam no léxico que, portanto, antecede o nível da sintaxe, o teórico chega à conclusão de que as operações fonológicas não dão conta de tratar as diferenças entre flexão e derivação e essa distinção de que tanto se fala estaria no nível do grau, o que serve como argumento contra a separação dessas “morfologias”.

De acordo com Gonçalves (2020), citando Bybee (1985), o fenômeno flexional se difere do derivacional na medida em que cada um pertence a uma determinada classe morfológica, ainda que exista, entre eles, pontos de contato. Como bem afirma Taylor (1995), citado por Gonçalves (2020, p. 92), o pensamento prototípico tem respaldo de duas propriedades de categorização desses elementos: a carência de identidade plena entre elementos da mesma classe e a maleabilidade deles. A esse respeito, o linguista afirma que “as dificuldades de demarcar fronteiras entre representantes de uma categoria e entre categorias decorrem do fato de os atributos definidores não serem obrigatoriamente binários e os limites entre as categorias, nem sempre intransponíveis” (GONÇALVES, 2020, p. 92).

Com a necessidade de criação de uma hierarquia de prototipicidade para identificar as características dos dois fenômenos morfológicos aqui discutidos, Gonçalves (2020) propõe, portanto, o que chama de *continuum* aplicado ao português. Para o linguista, a gradação seria um mecanismo de cunho ora mais derivacional ora mais flexional. Destaca-se, aqui, a fuga pioneira de um pensamento dominante de orientação prescritiva, bem como se constatou a partir da análise do tratamento do *grau* nas gramáticas normativas de língua portuguesa. A citação de Gonçalves (2018, p. 163) é bastante crítica a esse respeito: “A expressão morfológica do grau é um bom exemplo da falta de uniformidade entre os critérios, pois é analisável como flexional, por alguns, e como derivacional, por outros”.

5 Flexão ou derivação: a questão do ensino

O confronto entre essas teorias cai muitas vezes em destaque nas gramáticas escolares e acaba confundindo professores e alunos. A grande maioria dos livros didáticos, seguindo a gramática tradicional, deixa implícito o tratamento do grau como parte da flexão dos nomes em vez de derivação. Agindo assim, fazemos com que as diferenças entre a gradação e as categorias de gênero e número não sejam bem explicitadas, perpetuando o conceito proveniente da tradição gramatical.

Segundo Gonçalves (2018), ao contrário do grau, as categorias de gênero e número provocam o fenômeno de concordância no domínio do sintagma nominal. Em contrapartida, a flexão caracteriza-se como um processo obrigatório que, por sua vez, requer uma

sistematização coerente “imposta pela própria natureza da frase” (CÂMARA JR., 2015 [1970], p. 81).

Piza (2001, p. 59) considera positivo o fato de os compêndios escolares admitirem o teor derivacional presente na expressão do grau, contrariando o pensamento de que os nomes variam em gênero, número e grau. Para a estudiosa, (i) o grau não se caracteriza como um processo de natureza flexional em português; (ii) não são dimensionais as principais significações reveladas pelos afixos de grau; e (iii) há bastante subjetividade nessas construções. (p. 62)

Não há dúvida de que o impasse em relação à classificação dos afixos de grau no Português está de certa forma gerando consequências não tão enriquecedoras quando falamos de aula de língua. Ora, a um aluno de nível médio pouco interessa saber se o grau se constitui como um processo flexional ou derivacional, uma vez que esse assunto é amplamente debatido entre especialistas da área dos estudos de linguagem e, portanto, ser de natureza metalinguística. À vista disso, tornam-se completamente irrelevantes discussões acerca desse impasse numa sala de aula da Educação Básica. Tal como aponta Gonçalves (2018, p. 165), esse tipo de informação não terá um impacto produtivo na vida do estudante, visto que, além de não promover entendimento do fato, não ajuda no desenvolvimento de habilidades linguísticas. Para Gonçalves (2018), por esse motivo, bem mais eficaz – pedagogicamente falando – que problematizar a categoria dos afixos de grau, é elaborar estratégias cuja atenção seja voltada para o uso desse processo morfológico como, nas palavras do autor, “recurso de expressividade e de estruturação discursiva e textual” (p. 164).

Um fato amplamente debatido por estudiosos da vertente língua-ensino é a utilização, por parte da grande maioria dos livros didáticos, do texto como pretexto, isto é, para um exercício de metalinguagem. Dificilmente encontraremos alguém que não tenha tido uma experiência desse tipo na escola, nas aulas de língua materna, quando os textos são utilizados com a finalidade de decorar regras gramaticais, lista de vocabulários e, mais especificamente se tratando de processos morfológicos, a identificação de palavras morfológicamente complexas. Na grande maioria das vezes, bem como aponta Gonçalves (2018), por essa abordagem ser limitada, ou seja, realizada com um fim em si mesma, não ocorre a compreensão do fato linguístico e tampouco da estrutura textual.

No que tange ao ensino do grau, o pesquisador ressalta que há uma falta de referência por parte dos livros didáticos de nível médio à pluralidade de conteúdos difundidos pelos afixos de grau. Essas obras acabam negligenciando os empregos mais correntes dos sufixos -ão e -inho posto que se limitam a afirmar que eles expressam, respectivamente, aumentativo e diminutivo. A principal função da morfologia do grau, na visão do pesquisador, é a expressão da subjetividade. A esse respeito, afirma que

afixos dimensionais e intensivos revelam o impacto pragmático do emissor sobre o referente e, por isso mesmo, seu uso é condicionado (a) pelo nível de envolvimento entre o falante e o ouvinte, (b) pelos propósitos comunicativos do emissor ante a audiência e (c) pelo grau de formalidade do discurso. (GONÇALVES, 2018, p. 165)

Fica sob responsabilidade do professor de língua portuguesa alertar os alunos sobre o fato de que a presença de palavras com gradação mórfica pode ser favorecida através dos condicionamentos apontados na citação, pelo autor.

As gramáticas em geral parecem defender a ideia segundo a qual os afixos dimensionais expressam somente tamanho. Por outro lado, conforme indica Gonçalves (2018), o significado desses elementos morfológicos é determinado pelo contexto sociointeracional e eles apresentam uma variabilidade de carga emocional, ou seja, não há uma delimitação plena daquilo que expressam. É através do contexto que se pode efetivamente determinar seu significado e a verdadeira intenção do emissor.

Especialmente com relação ao tratamento dado ao grau nas aulas de língua materna e nos livros didáticos, Gonçalves (2013) aponta uma série de recomendações para o ensino. São elas:

- a) Separar o tratamento do grau da abordagem de gênero e número em português, uma vez que se trata de processos distintos;
- b) Substituir a expressão “flexão de grau” por “modificação de grau” ou até mesmo “variação de grau”. Isso porque, mesmo que os sufixos -ão, -inho e -íssimo apresentem características flexionais, a expressão nos leva a uma concepção que não existe na morfologia de grau;
- c) Esclarecer que os afixos dimensionais não expressam apenas tamanho, tendo em vista que sempre quando são empregados com o intuito de manifestar essa noção, geralmente vêm acompanhados por adjetivos e/ou outras expressões que indiquem grandeza ou pequenez;
- d) Valer-se de textos variados para o tratamento da gradação, dado que há ocorrência do fenômeno em diversos gêneros textuais;
- e) Tratar do grau à luz dos princípios de formalidade e modalidade, levando em consideração os gêneros em que os afixos são mais utilizados;
- f) Chamar atenção para os casos nos quais os afixos de grau causam uma mudança de sentido e, portanto, perdem seu caráter gradativo;
- g) Associar o grau com as figuras de linguagem, desmistificando, assim, a ideia de que esses recursos expressivos estão exclusivamente ligados às obras literárias; e
- h) Se valer de textos com usos variados de afixos de grau e optar por atividades que se dediquem a trabalhar com esse tópico gramatical por meio de leitura e produção.

6 Considerações finais

Este artigo buscou discutir o ensino de grau dos substantivos fazendo um levantamento de informações que considerassem desde a abordagem presente nas gramáticas normativas de língua portuguesa até análises descritivas mais recentes. Paralelamente a isso, buscamos identificar pontos de contato e de distanciamento entre tais

autores, comparando suas propostas às metodologias utilizadas nas aulas de gramática do nível fundamental com o intuito de oferecer, evidentemente, certa contribuição não apenas para os alunos como também para os professores da área.

Acerca do embate entre flexão e derivação no que se refere ao tratamento do grau em português, consideramos importante retomar o que apontou Gonçalves (2013, p. 165) e que, de acordo com as bases que nortearam nossas reflexões, precisaria ser, entre outras palavras, o carro-chefe do ensino de gramática nas escolas: “[...] mais importante que categorizar é disponibilizar, para os alunos, não frases soltas e descontextualizadas, mas textos que evidenciem o uso real e efetivo dos afixos”.

Se considerarmos o caráter reflexivo em relação ao ensino de gramática proposto pelos documentos oficiais mais recentes (cf. BRASIL, 2017), podemos repensar o uso de determinadas estratégias/metodologias que já não se enquadram bem nas aulas de Português dos dias de hoje (se é que um dia se enquadraram), pois não apresentam um resultado efetivo nas produções escritas e no desenvolvimento de habilidades de leitura dos alunos, conforme mostram diversas pesquisas. Mesmo com vasta literatura produzida na área dos estudos linguísticos e com as pesquisas aplicadas tratando da problemática que permeia as aulas de gramática na Educação Básica, acredita-se que ainda há um longo caminho a seguir, o que justifica a continuidade desses estudos e o aprofundamento das reflexões que os norteiam.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019 [1999].

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998a. 174 p.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 47 ed. Petrópolis: Vozes, 2017 [1970].

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017 [1978].

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Sobre o ensino de gramática nos níveis fundamental e médio: por que, quando e como?. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 30, p. 41-60, jan./jun., 2012.

ENSINO Fundamental. **Língua Portuguesa**: 9º ano: livro 2: professor. 1 ed. Curitiba, PR: SAE Digital S/A, 2021.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2020.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Flexão e derivação: o grau. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 149-168, 2018.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 57 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020 [1972].

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PIZA, Mônica. **Gênero, número e grau no continuum Flexão/Derivação em português**. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, UFRJ.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e.; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística aplicada ao português**: morfologia. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.